EMPREENDEDORISMO INDÍGENA E BIOECONOMIA: CAMINHOS PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)

Kátia Karolini Amaro El Alam

1 Graduanda, Afya Centro Universitário São Lucas, katiakarolin321@gmail.com

INTRODUÇÃO: A bioeconomia tem emergido como alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional, integrando sustentabilidade ambiental, inclusão social e inovação econômica. Na Amazônia, especialmente em Guajará-Mirim (RO), essa abordagem ganha relevância diante da presença de povos indígenas que combinam vasto conhecimento etnoecológico com práticas produtivas tradicionais. O empreendedorismo indígena, fundamentado no uso sustentável de recursos naturais e saberes ancestrais, desponta como estratégia de etnodesenvolvimento e de fortalecimento da autonomia econômica e territorial. Entretanto, os obstáculos relacionados à escassez de políticas específicas, à limitação de acesso a crédito e assistência técnica, às barreiras logísticas e ao racismo institucional dificultam a consolidação dessas iniciativas. Nesse contexto, o projeto busca compreender como o empreendedorismo indígena, articulado à bioeconomia, pode se consolidar como instrumento de autonomia e sustentabilidade, contribuindo para o debate sobre políticas públicas diferenciadas e valorização da diversidade sociocultural. OBJETIVOS: O objetivo geral é analisar o empreendedorismo indígena em Guajará-Mirim (RO) como estratégia de autonomia econômica e sustentabilidade à luz da bioeconomia. Os objetivos específicos são: (1) identificar e descrever iniciativas empreendedoras indígenas baseadas em recursos naturais e saberes tradicionais; (2) analisar políticas públicas e programas de fomento ao empreendedorismo indígena nos níveis federal, estadual e municipal; (3) avaliar os principais desafios enfrentados por essas iniciativas, como acesso a crédito, logística, assistência técnica e mercado; (4) propor recomendações para o fortalecimento de experiências sustentáveis de bioeconomia indígena. MATERIAL E METODOLOGIA: A pesquisa adota uma abordagem







qualitativa e exploratória, com estudos de caso múltiplos em comunidades e Terras Indígenas do município de Guajará-Mirim, como Igarapé Lage, Deolinda, Ricardo Franco e Sagarana. A coleta de dados será realizada por meio de: (a) entrevistas semiestruturadas com lideranças indígenas, gestores de políticas públicas, técnicos de órgãos como FUNAI, IFRO, EMATER e representantes de organizações indígenas regionais; (b) observação direta de atividades produtivas, como artesanato, agricultura familiar, práticas agroextrativistas e uso de plantas medicinais; (c) análise documental de legislações, programas e planos de desenvolvimento sustentável. A análise seguirá os pressupostos da análise temática de Braun e Clarke (2006), utilizando categorias como sustentabilidade, autonomia, políticas de fomento, saber tradicional, barreiras institucionais e articulação em redes. O projeto obedecerá aos protocolos éticos de pesquisa com povos indígenas, incluindo consentimento livre e esclarecido e respeito à propriedade intelectual coletiva. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Espera-se identificar experiências de bioeconomia indígena que conciliem geração de renda, fortalecimento cultural e preservação territorial. A pesquisa deverá evidenciar as condições institucionais que favorecem ou limitam tais iniciativas, bem como os arranjos sociopolíticos que influenciam seu desenvolvimento. Prevê-se mapear boas práticas de empreendedorismo indígena, destacar fatores críticos de sucesso e apontar os principais gargalos, como insuficiência de políticas específicas, dificuldades de acesso a mercados e desarticulação interinstitucional. Além disso, busca-se contribuir para o reconhecimento dos saberes tradicionais como base legítima de inovação no campo da bioeconomia. A análise crítica do material empírico permitirá discutir a pertinência de políticas interculturais e diferenciadas, fundamentadas na ecologia de saberes (Santos, 2010) e no etnodesenvolvimento (Little, 2002), como caminhos para uma economia mais inclusiva e sustentável. CONCLUSÃO: O estudo reforça a importância do empreendedorismo indígena como alternativa viável de etnodesenvolvimento em Guajará-Mirim. Ao valorizar os saberes tradicionais e promover a sustentabilidade, tais iniciativas podem gerar autonomia econômica e fortalecer a identidade cultural dos povos indígenas. Contudo, a pesquisa também evidencia que a ausência de políticas públicas efetivas, o racismo institucional e as limitações estruturais comprometem a escala e a sustentabilidade desses empreendimentos. Nesse sentido, o trabalho pretende oferecer subsídios teórico-práticos para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades socioculturais da região e contribuir para o debate sobre novos modelos de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Biomedicina. Etnodesenvolvimento. Povos Indignas. Sustentabilidade. Políticas Públicas.